



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: COMPROMISSO COLETIVO E  
PARTICIPATIVO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO - PPP**

**MARIA APARECIDA BOAVENTURA DE DEUS**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: COMPROMISSO COLETIVO E  
PARTICIPATIVO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO - PPP**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Maria Aparecida Boaventura de Deus

### **GESTÃO DEMOCRÁTICA: COMPROMISSO COLETIVO E PARTICIPATIVO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em----- de ----- de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. ----- avaliador

---

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

---

Professora Maria Aparecida Boaventura de Deus

## **DEDICATÓRIA**

A todos que colaboraram para a realização dessa conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha gratidão primeiramente a Deus por me dar forças para alcançar mais esta vitória e a todos que direta ou indiretamente participaram desta minha caminhada.

“O projeto político pedagógico assim entendido é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver uma ação coletiva, porque não se constroem projetos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto edifica-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica.”  
(VEIGA, 2007, p.4)

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar o processo de elaboração e estruturação do Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola pública municipal, analisando os motivos pelos quais a comunidade escolar não participa de sua elaboração. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, estabelece no inciso I do artigo 12 que as instituições de ensino elaborem coletiva e de forma democrática sua proposta pedagógica. O PPP é relevante porque direciona os princípios e normas da ação pedagógica, mesmo com muito empenho o mesmo ainda não se tornou um instrumento na prática do cotidiano escolar. Esta análise foi fundamentada por meio de pesquisas bibliográficas e estudo do PPP da Escola Estadual João de Barro. Destaca-se que nesta instituição foram encontrados vários desafios na execução do seu PPP. Muito se questiona quais são os empecilhos que uma instituição enfrenta para que o PPP possa ser construído coletivamente e vivenciado. É necessário avaliar os motivos pelos quais a comunidade escolar não participa ativamente na elaboração do mesmo. Será que um dos motivos seria uma relação antidemocrática dos gestores com os demais segmentos? Será que a realidade social dos educandos também pode estar interferindo nesta não participação? Enfatiza-se que o Projeto Político Pedagógico deve ser o ponto norteador de todas as atividades da escola. Nesta perspectiva, sua elaboração e adaptação se fazem flexível, sendo condição para consolidação da identidade da instituição. É o fio condutor de todas as ações, buscando a autonomia da escola, a fim de transformá-la num espaço que garanta a construção do conhecimento, a valorização do ser humano e a preparação básica do aluno para o exercício pleno da cidadania. Desde que, as soluções propostas e os caminhos apontados como mais eficientes sejam oriundos da participação, da ação-reflexão e da interação de toda comunidade escolar. De forma que o PPP seja avaliado periodicamente, garantindo que toda a comunidade escolar conheça os objetivos da escola.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; gestão democrática; participação da comunidade escolar

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

**PPP** - Projeto Político Pedagógico

**LDB** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Tema.....	11
1.2 Objetivos .....	11
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivo Específicos.....	11
1.3 Justificativa .....	12
1.4 Revisão De Literatura .....	13
<b>2 . GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA, UM IDEAL A SER CONQUISTADO .....</b>	<b>14</b>
<b>3. REALIDADE SOCIAL DOS ALUNOS E CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO .....</b>	<b>16</b>
<b>4. CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, OBTENDO COMO CONSEQUÊNCIA UM COMPROMISSO COLETIVO .....</b>	<b>20</b>
<b>5. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NORTEADOR DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS E SUA AVALIAÇÃO CONTÍNUA .....</b>	<b>22</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo investigar o processo de elaboração e estruturação do Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola pública municipal, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, destaca o PPP como um instrumento para convergir todos a caminharem em direção a um mesmo ponto, indicando a identidade da escola.

Na primeira seção – Gestão Democrática na escola, um ideal a ser conquistado – destaca-se a necessidade do gestor transformar a escola num ambiente inclusivo, incentivando a participação de todos os seus representantes, contribuindo de forma ativa para uma educação de qualidade.

Na segunda seção – Realidade social dos alunos e construção do PPP da Escola Estadual João de Barro – investiga-se as condições em que foi elaborado o seu PPP e como vivem os educandos e seus familiares, analisando a participação de todos os segmentos da instituição na construção do mesmo.

Na terceira seção – Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, obtendo como consequência um compromisso coletivo – apresenta-se a importância de uma só direção para as atividades da escola, por meio da construção coletiva e efetiva do PPP. Uma vez construído coletivamente, gera um compromisso coletivo, contribuindo de forma decisiva para que a instituição alcance seus objetivos.

Na quarta seção – Projeto Político Pedagógico norteador das ações pedagógicas e sua avaliação contínua – destaca-se que o PPP não pode ser construído e arquivado ele precisa ser vivenciado, norteador das ações da instituição. Uma vez construído juntos, facilita a sua operacionalização, fazendo correções ao longo do percurso, verificando os resultados que foram atingidos e avaliando o próprio desempenho.

Por último nas considerações finais, conclui-se que a construção do Projeto Político Pedagógico tem que ser um processo coletivo, não perdendo o foco da realidade social dos educandos. O PPP da Escola Estadual João de Barro não foi elaborado democraticamente, por motivos externos à instituição, mas já é um começo de reflexão e futuramente construí-lo seguindo as normas corretamente.

## **1.1 Tema**

O projeto político pedagógico (PPP) faz parte do rol de documentos mais importantes das unidades de ensino do nosso país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, estabelece no inciso I do artigo 12 que as instituições de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Em alguns estados e municípios as leis regionais definem de forma democrática por entender que a participação da comunidade é fator determinante para o sucesso da escola. Embora sendo do conhecimento da gestão escolar e de seus seguimentos, ainda não se tornou uma prática no seu cotidiano. Muitas dificuldades precisam ser superadas para que o Projeto Político Pedagógico possa ser vivenciado e construído coletivamente.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O presente estudo tem por objetivo investigar o processo de elaboração e estruturação do Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola pública municipal, analisando os motivos pelos quais a comunidade escolar não participa de sua elaboração.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Verificar a relação entre a gestão escolar e os demais segmentos no sentido de avançar para a gestão democrática.
- Levantar considerações a respeito da realidade social dos educandos que frequentam a instituição.
- Analisar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João de Barro e por meio dos registros do PPP, enfatizando a importância de sua contextualização de acordo com a realidade escolar.
- Relatar a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.
- Defender a importância do processo avaliativo em todas as etapas de construção e execução do projeto pedagógico.

### **1.3 Justificativa**

Vivemos em uma sociedade marcada pela pluralidade e modernização, a qual exige renovação e compromisso em todos os setores. Na instituição escolar não é diferente, lá se faz necessário a participação de todos, por meio de uma gestão democrática, a qual dê autonomia a todos os seus representantes, para que possam acompanhar as exigências atuais delineadas no setor educacional, proporcionando uma melhor educação a todos, os quais a devem possuir por direito. Atualmente o Projeto Político Pedagógico foi discutido e elaborado na maioria das escolas, devendo ser o suporte para a apresentação à comunidade escolar de qual educação quer oferecer, porém, no seu cotidiano ainda defronta com muitas dificuldades. A participação dos segmentos escolares é restrita, vários motivos alegam para não participarem e também a maioria dos gestores não administra democraticamente a instituição. Assim, não representando a realidade da escola e simplesmente o mesmo está engavetado. Reforço a importância da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, pois, somente assim, estará representando a realidade da educação oferecida aos seus educandos.

A experiência na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João de Barro, ficou evidente a pouca participação de todos os segmentos da comunidade escolar, portanto, não era de se esperar que os resultados fossem totalmente insatisfatórios. Assim pensando, destaco a necessidade da escola repensar a forma de conduzir o processo de construção coletiva do seu Projeto Político Pedagógico, envolvendo todos os componentes, atribuindo a cada um, a responsabilidade individual na conquista do sucesso coletivo. Tendo em vista, uma gestão democrática e colegiada, transformadora da realidade, por meio da responsabilidade compartilhada. Assim, almejando uma educação que seja formadora de cidadãos críticos, atuantes e cada vez mais comprometidos com o crescimento pessoal e concomitantemente com o desenvolvimento de toda sociedade. O estudo da literatura apontou motivos da omissão dos segmentos escolares na contribuição do Projeto Político Pedagógico.

#### 1.4 Revisão de Literatura

Esta análise está fundamentada nos seguintes artigos: SOUZA, Ângelo Ricardo (2010), **Avaliação institucional**, porque ele destaca a importância da comunidade escolar colocar em prática a vivência da gestão democrática na escola pública, obtendo um consenso nas suas decisões, assumindo um compromisso de todos no cumprimento do projeto.

AZEVEDO, Janete Maria Lins (2015), **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**, no seu contexto apresenta que é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como Projeto Político Pedagógico o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação.

OLIVEIRA, João Ferreira de (2015), **A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola** enfatiza que o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Em consonância a isso a escola não só convida toda comunidade para participar da elaboração do PPP, mas também promove mecanismos de debate oferecendo oportunidades de expressão das mais diversas opiniões, para que ao final do ciclo de conversas, em seminário aberto possam ser apresentadas todas as argumentações surgidas para que, no consenso do grupo, as decisões possam ser tomadas e as ações planejadas. Desta forma, o grupo em consenso nas suas decisões, incorpora as atividades propostas e assume o compromisso em prática a vivência da gestão democrática na escola pública.

## **2 . GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA, UM IDEAL A SER CONQUISTADO**

Vive-se numa época de mudança e a gestão escolar para obter um melhor desempenho, deve ter seus princípios baseados em uma gestão democrática, não desenvolvendo apenas, os conteúdos formais, mas garantindo o processo de formação do cidadão. Hoje é inconcebível uma gestão nos princípios do autoritarismo e conservadorismo, como afirma Heloísa Lück:

No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar; do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação e ao fracasso de suas instituições. (LÜCK, 2000, p.12)

A direção tem que estar sempre presente em qualquer situação escolar, cuidando das diferentes dimensões da gestão responsabilizando por cada uma delas, criando um clima de confiança entre todos. Executando um trabalho coletivo que é o primeiro passo para uma boa gestão, como destaca Heloísa Lück:

A criação de ambientes participativos é, pois, uma condição básica da gestão democrática. Deles faz parte a criação de uma visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social; o estabelecimento de associações internas e externas; a valorização e maximização de aptidões e competências múltiplas e diversificadas dos participantes; o desenvolvimento de processo de comunicação aberta, ética e transparente. (LÜCK, 2000, p.27).

O Colegiado Escolar é um instrumento poderoso para a concretização de uma gestão democrática e participativa. Sendo composto por representantes eleitos dos professores/especialistas, demais servidores, alunos e pais para definir o que diz respeito ao cotidiano escolar. Esta participação tem contribuído nas escolas para a superação das práticas autoritárias e centralizadoras, além de possibilitar uma gestão participativa, colabora também no aprimoramento do projeto pedagógico e a melhoria da qualidade da educação. As escolas têm vivenciado momento de grande aprendizado, tendo esta participação ativa. Marta Maria de A. Parente e Heloísa Lück explicitam a respeito do tema:

O Colegiado Escolar é um órgão coletivo, consultivo e fiscalizador, e atua nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade

escolar. Como órgão coletivo, adota a gestão participativa e democrática da escola, a tomada de decisão consensual, visando à melhoria da qualidade do ensino. Embora com este nome, suas funções, sua estrutura e constituição são semelhantes às do conselho escolar. (LÜCK; PARENTE, 2000, p.159).

O Projeto Político Pedagógico – PPP é o ponto norteador de todas as atividades das escolas. Nesta perspectiva, sua elaboração e adaptação se fazem flexível, sendo condição para consolidação da identidade da instituição. É o fio condutor de todas as ações, buscando a autonomia da escola, a fim de transformá-la num espaço que garanta a construção do conhecimento, a valorização do ser humano e a preparação básica do aluno para o exercício pleno da cidadania. Por meio da participação, ação, reflexão e interação de toda a comunidade escolar, analisando resultados, propondo soluções e apontando caminhos mais eficientes, o mesmo deve ser elaborado de acordo com as necessidades e realidades da comunidade; sendo avaliado e divulgado periodicamente, garantindo que todos os interessados conheçam os objetivos da escola. Ana Lúcia Félix dos Santos ressalta a importância do PPP:

Um processo de gestão democrática consiste em elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto educativo que deve estar expresso no PPP e ser conhecido por toda comunidade. A própria existência do PPP pressupõe a participação coletiva em sua elaboração, execução, acompanhamento e avaliação (reescrito propositadamente!), mesmo que, na prática isso tudo não ocorra. Nesse sentido, vale lembrar que as formas de organização e de gestão da escola são sempre meios que servirão para alcançar os objetivos da instituição e que, quando estes colocam em destaque a formação humana, buscam o fortalecimento das relações sociais. (SANTOS, 2006, p.12)

A educação escolar é uma herança cultural. E o gestor tem que assumir e liderar a efetivação desse direito, contribuindo com a igualdade de condições, ou seja, sendo instrumento de diminuição das discriminações. Oferecendo na sua instituição o conhecimento científico, com padrão de qualidade, como princípio do ensino, pois, os conhecimentos se tornaram patrimônio comum da humanidade, herança que as novas gerações não podem ser privadas.

Percebe-se que uma direção que ministra uma gestão democrática e participativa, tem ativamente a participação do Colegiado Escolar. A construção do Projeto político Pedagógico é elaborado em parceria com toda comunidade escolar. Os resultados da escola comprovam o empenho desta gestão. Outro ponto positivo a ser

pontuado é que gestores e demais segmentos devem sempre estar avaliando a caminhada, revendo os pontos negativos para encontrar a melhor forma de ofertar uma educação de qualidade que é direito de todos.

### **3. REALIDADE SOCIAL DOS ALUNOS E CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO**

Essa seção objetiva analisar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João de Barro e por meio dos registros do PPP, pretende-se avaliar em que condições ele foi construído, a realidade social dos alunos, as concepções de educação nele presentes, seus objetivos, as formas de implementação das ações propostas e os resultados alcançados, além das formas de avaliação do projeto. A construção do Projeto Político Pedagógico – PPP – se tornou um instrumento indispensável no planejamento escolar, permeando todas as atividades das instituições, suas metas e objetivos possíveis de serem atingidos, dentro da realidade em que a escola está inserida.

A Escola Estadual João de Barro, está localizada na Praça do Rosário, número 14, no Centro do município de Ipê Florido, no estado de Minas Gerais. Fundada em maio de 1982 para atender os alunos concluintes do Ensino Fundamental que até então não tinham oportunidades de continuarem seus estudos dentro da cidade, devendo emigrar para outras localidades a fim de cursar o antigo colegial. A escola nasceu da luta incessante de professores do município, preocupados a sair muito cedo da casa de seus pais para complementar sua formação, ou a interromper o sonho de se formar no segundo grau. Em 1982 as primeiras turmas iniciaram o curso de magistério.

Atualmente a escola atende alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade regular e na Educação de Jovens e Adultos e pertence à rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais. Os seus alunos são oriundos, na sua maioria, de famílias pobres, que trabalham na colheita do café, alho e cebola. Devido ao fato dos pais trabalharem na zona rural, geralmente muito longe de suas casas, as crianças e os adolescentes têm a oportunidade de estudar em período integral através do Projeto Educação em Tempo Integral que funciona na escola desde 2008.

O município de Ipê Florido possui aproximadamente 3.500 pessoas nas épocas do ano em que não há produção do café. Durante os meses de colheita a cidade aumenta significativamente sua população devido à imigração de famílias oriundas do norte do estado e do nordeste do país que buscam na região melhores condições de vida para suas famílias. Neste período as matrículas na escola crescem vertiginosamente.

A Escola funciona em três turnos e possui um clima muito harmonioso. O fato de estar localizada em uma cidade pequena, onde as pessoas se conhecem e se respeitam facilita muito para o estabelecimento de um clima amistoso, agradável, que favorece o aprendizado.

O dever de oferecer educação básica, gratuita e com um padrão mínimo de qualidade a todos os cidadãos brasileiros, expressos na carta magna desse país, perpassa pela construção coletiva de um PPP, democrático, sólido, criativa, realista e desafiador. Reconhecer o marco situacional da escola e propor estratégias para avançar na qualidade do ensino oferecido observando as especificidades dos alunos, no cumprimento de metas ousadas, embora exequíveis permite a escola definir sua linha de trabalho, pautada em objetivos construídos coletivamente com a comunidade escolar.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2004, p.1)

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João de Barro está desatualizado, pois consta nos seus arquivos somente a versão que vigorou em 2013, não havendo nenhuma revisão para o ano letivo corrente. O PPP foi elaborado em 2012, sob orientação e coordenação da equipe técnica da Superintendência Regional de Ensino que presta assessoria à escola. Por exigência do órgão central, estas Superintendências foram orientadas a acompanhar a construção e implantação do PPP nas escolas estaduais, devendo para isto, prestar apoio técnico na elaboração deste

suporte se resumiu em apresentar à escola um esquema que deveria compor o PPP da instituição.

Pressionados pelos prazos estipulados pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, os analistas pedagógicos propuseram a construção de uma proposta fragmentada, na qual, alguns servidores da escola elaboraram determinadas partes do PPP para depois reunir os fragmentos em um documento único. Desta forma, direção, especialistas e professores reuniram as partes do PPP e ao final o documento foi consolidado. Neste aspecto, percebe-se um grande distanciamento entre os princípios democráticos que devem se sobrepôr na elaboração do PPP, uma vez que, os demais servidores da escola, como cantineiras, faxineiras, pessoal da secretaria, professores afastados da regência e comunidade escolar não foram convidados a participar da construção do PPP, que em sua essência preconiza a efetiva participação da comunidade escolar.

Ao fim do processo de elaboração, o documento foi apresentado aos pais em assembleia extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2012. O diretor e as especialistas apresentaram uma visão superficial das ações contidas no projeto e solicitaram que os pais analisassem a eficácia das mesmas, sugerissem alterações e por fim votassem pela aprovação do projeto. Não houve por parte dos pais nenhuma ressalva às propostas apresentadas sendo todas aprovadas unanimemente.

O PPP foi estruturado nos moldes apresentados pela equipe pedagógica da Superintendência Regional de Ensino. Possui capa, introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas e anexos. Na introdução a escola discorre sobre a importância da participação coletiva nas ações da mesma e afirma o compromisso dela com a oferta de um ensino público de qualidade. O desenvolvimento se inicia com a apresentação dos dados da escola, seguido de um breve histórico da instituição. Apresenta os dados de matrícula por turmas e níveis de escolaridade, dados dos profissionais da escola com identificação da formação do corpo docente, seguidos dos resultados das avaliações externas e as formas de avaliação interna adotadas pela

escola. Estão também registrados os princípios, a missão, os objetivos e a finalidade da educação.

Em seu PPP a escola fundamenta a concepção de educação no artigo “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro” (MORIN, 2003). Considera que a educação é o instrumento mediador entre o senso comum e o conhecimento científico, sendo a grande responsável pela construção da cidadania que garante ao homem o poder de transformar a sua vida e da sociedade em que ele vive.

Os objetivos apresentados no PPP foram divididos em dois grupos distintos. Inicialmente são citados os objetivos gerais da educação básica que deverão ser desenvolvidos na escola, baseando-se nos documentos oficiais do país, destacando a formação integral do aluno possibilitando o prosseguimento nos estudos, a inserção no mercado de trabalho e o preparo para a vida em sociedade. Consecutivamente cita os objetivos e as metas da escola para os resultados nas avaliações externas promovidas pelo Estado de Minas Gerais e pelo Governo Federal, tendo como referencial os índices alcançados nas últimas aferições.

O processo de elaboração e apreciação do projeto pela comunidade escolar coincidiu com o término do ano letivo de 2012. No ano seguinte o PPP foi implementado. As ações delineadas pela equipe pedagógica da escola e aprovadas por toda a comunidade escolar foram realizadas ao longo do período letivo. Alguns ajustes no funcionamento geral da escola foram realizados para atender as propostas registradas no PPP, principalmente no que concerne às formas de avaliações instituídas pela escola. O acompanhamento sistemático das ações pedagógicas ligadas diretamente ao desenvolvimento cognitivo dos alunos foi realizado pelas especialistas. A direção assumiu as ações que possuem uma dimensão mais ampla, que exigem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Embora tenha sido notável o maior envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade escolar, nem todas as ações foram realizadas em sua totalidade.

A execução do projeto causou pequenos impactos na rotina da escola, uma vez que, foi construído através de ações propostas apenas pelo corpo docente. O projeto

não trouxe em seu contexto alterações significativas, ações estimulantes e desafiadoras e propostas arrojadas, pois estas foram construídas sob a ótica apenas dos professores. Os resultados mais visíveis foram obtidos nas avaliações externas em que a escola participou, pois a maioria dos índices propostos foram atingidos, no entanto, não houve a transformação da realidade sugerida pelo PPP.

Durante o ano a equipe pedagógica e gestora da escola reuniam-se esporadicamente para analisar e discutir as ações contidas no PPP. Nestes momentos, notou-se a necessidade com relação à mudança de direção em várias atividades. Embora, tenha ocorrido a avaliação processual, o que é importante e necessário, esta foi realizada de forma incorreta e pouco democrática, haja vista, que apenas especialistas e diretores avaliaram os resultados das ações. Datas impostas pela Secretaria Estadual de Educação não permitiram que a instituição elaborasse com tranquilidade seu PPP, coincidindo com final de ano, onde todos estão atarefados pela conclusão do ano letivo. A comunidade escolar não participou deste PPP, não pode se declarar que foi por motivo de gestão antidemocrática, mas sim, por vários fatores que não permitiram esta participação.

#### **4. CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, OBTENDO COMO CONSEQUÊNCIA UM COMPROMISSO COLETIVO**

É importante a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico nas escolas, pois, gera um compromisso de todos na execução e avaliação do mesmo. O projeto planejado e construído coletivamente leva à ação de qualidade, alcançando seus objetivos, de acordo com a realidade social, a qual a instituição está inserida.

Para Oliveira (2014) o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Em consonância a isso a escola não só convida toda comunidade para participar da elaboração do PPP, mas também promove mecanismos de debate oferecendo oportunidades de expressão das mais diversas opiniões, para que ao final do ciclo de conversas, em seminário aberto possam ser apresentadas todas as argumentações surgidas para que, no consenso do grupo, as decisões

possam ser tomadas e as ações planejadas. Desta forma, o grupo em consenso nas suas decisões, incorpora as atividades propostas e assume o compromisso de todos se responsabilizarem pelo cumprimento irrestrito do projeto, pondo em prática a vivência da gestão democrática na escola pública.

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005. p. 1)

Ciente da importância da participação coletiva para a construção de uma escola pública de qualidade, todas as instituições devem alicerçar suas práticas no seu PPP. Para Azevedo (2014) é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação.

Ao se construir um projeto político pedagógico, é essencial analisar a realidade social que circunda a instituição, pois, esta realidade afetará na execução do mesmo. Aguilar, 1997, p.7 assim se expressa:

Para consolidar a relação entre instituições educacionais e sociedade é necessário conhecer os determinantes que condicionam sua organização no âmbito econômico e político. Esses determinantes devem ser contemplados se queremos responder a seguinte pergunta: que indivíduos estamos formando para viver nessa sociedade? (AGUILAR, 1997, p. 7, grifos do autor)

Neste contexto percebe-se que a participação da comunidade torna efetiva a contribuição na construção do projeto político pedagógico. O incentivo da equipe gestora, promovendo um clima saudável e democrático se torna essencial, para que todos se sintam responsáveis e participantes deste processo. Onde todos os envolvidos são cientes que fazem parte deste processo, uma vez que ele não pode ser imposto, mas construído coletivamente. O PPP norteia o trabalho da escola, facilitando a organização das atividades na instituição, por isto a sua importância para promover uma melhor qualidade na educação.

## **5. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NORTEADOR DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS E SUA AVALIAÇÃO CONTÍNUA**

Na escola todos devem ser conscientes que um trabalho em equipe possibilita um melhor resultado no processo educativo. Assim sendo, exercê-lo se torna mais prazeroso e produtivo. Os professores devem participar ativamente da elaboração dos projetos executados. A equipe pedagógica que preza por uma boa parceria com os docentes proporciona um enriquecimento nos trabalhos do dia-a-dia. Os professores, funcionários de outros setores, pais, representantes do Colegiado Escolar devem estar cientes da importância da contribuição de cada um, para que o resultado do trabalho seja satisfatório. Navarro (2010) explicita que:

[...] a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais. (NAVARRO, 2010, p.01).

[...] o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade. (NAVARRO, 2010, p.01).

Um resultado escolar satisfatório depende do contexto que o envolve. A gestão escolar democrática é importante para a condução deste processo. Nas instituições a equipe gestora deve proporcionar espaço para questionamentos, sugestões e avaliações, de forma que o clima organizacional na escola seja conduzido de forma tranquila, contribuindo para que todos participem. Libâneo (2004) apresenta o perfil deste profissional:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. (LIBÂNEO 2004, p.217).

O PPP não é um documento pronto e acabado, mas sim, sempre em construção, tendo em vistas que algumas práticas precisam ser revistas durante o percurso. Para Vasconcellos (1995):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

É importante avaliar constantemente o Projeto Político Pedagógico uma vez que ele é de suma importância, pois, norteia os caminhos a seguir, ou seja, quais objetivos almejados, para que realmente aconteça uma aprendizagem significativa. Sendo flexível permite que seja sempre revisto e atualizado. Uma gestão democrática facilita a participação de representantes da comunidade escolar, para que deem a sua contribuição na avaliação do mesmo. Navarro (2010) assim apresenta:

Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. (NAVARRO, 2010, p.02).

Neste contexto, as escolas devem priorizar como meta a aprendizagem dos alunos, bem como a formação de cidadãos atuantes na sociedade. A situação social de seus alunos deve ser sempre analisada, para que um acompanhamento real seja possível. Um constante diálogo proporciona o alcance dos objetivos propostos, uma vez que cada seguimento é ciente que o resultado é coletivo, assim como Navarro (2010) apresenta:

(...) a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, 2010, P.01).

Conclui-se que por meio do Projeto Político Pedagógico as escolas delineiam o caminho a seguir e selecionam quais as metas a serem alcançadas. Através de sua construção proporciona um trabalho coletivo e participativo. Indica a identidade da escola, convergindo todos a caminhar numa mesma direção. Permite que correções sejam feitas ao longo do processo. A escola e família devem estar ciente do Projeto Político Pedagógico da instituição. Sendo flexível permite a avaliação do processo e retomada de direção se necessário.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem por objetivo investigar o processo de elaboração e estruturação do Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola pública municipal, analisando os motivos pelos quais a comunidade escolar não participa de sua elaboração. E como objetivos específicos, (i) verificar a relação entre a gestão escolar e os demais segmentos no sentido de avançar para a gestão democrática; (ii) levantar considerações a respeito da realidade social dos educandos que frequentam a instituição; (iii) analisar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João de Barro e por meio dos registros do PPP, enfatizando a importância de sua contextualização de acordo com a realidade escolar; (iv) relatar a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico; (v) defender a importância do processo avaliativo em todas as etapas de construção e execução do projeto pedagógico.

Tendo em vista as considerações e reflexões desenvolvidas nessa análise, enfatiza-se que a participação de todos os envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem é fundamental para o crescimento coletivo da escola. Destaca-se que, na mesma proporção que professores, gestores e demais funcionários da escola desejam e lutam pela melhoria da qualidade do ensino ofertado, os pais, os alunos e a comunidade do entorno da escola esperam que ela possa evoluir cada dia mais. Neste sentido, é primordial que os pais tenham abertura e sintam-se motivados a fazer parte do contexto escolar. Cabe à escola encontrar a melhor forma para envolver os pais em suas ações. Não existe receita pronta e cada instituição tem um desafio diferente, mas não menos instigante. Trazer os pais e a comunidade para a escola é torná-los aliados importantíssimos na luta pela construção de um ensino de qualidade. Segundo Barreto (2004. p. 3):

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor e ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos.

No PPP em questão, fica evidente a pouca participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do mesmo. Embora, seja um documento bem

fundamentado, demonstra ser pouco efetivo, pois o processo foi iniciado e conduzido de forma errônea, portanto não há de se esperar que os resultados sejam totalmente satisfatórios. Ressalta-se que é necessário que a escola repense a forma de conduzir o processo de construção coletiva do seu PPP, envolvendo todos os componentes, atribuindo a cada um, a responsabilidade individual na conquista do sucesso coletivo. Tendo em vista, uma gestão democrática e colegiada, transformadora da realidade, por meio da responsabilidade compartilhada. Assim, almejando uma educação que seja formadora de cidadãos críticos, atuantes e cada vez mais comprometidos com o crescimento pessoal e concomitantemente com o desenvolvimento de toda sociedade.

Barreto (2004, p. 4) argumenta que “a escola não pode continuar tocando um samba de uma nota só, como se o único saber legítimo fosse aquele que ela recita monotonamente para os alunos copiarem e... se esquecerem em seguida”, por isso precisa estar intimamente ligada à sua comunidade, ao seu mundo exterior, para que as práticas interiores perpassem pela realidade do aluno, tornando a aprendizagem significativa, interessante e eficaz. Para que isso ocorra o primeiro passo é a participação em massa da comunidade escolar na construção do alicerce da escola, que sustenta todas as suas práticas, o Projeto Político Pedagógico.

## 7. REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. E. **A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais.** Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 15 jan.2015.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A Participação na Escola: contribuições para a Melhoria na Qualidade da Educação.** Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar/pdf/u1\\_saibamais8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf)>. Acesso: 15 jan. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 20 jan. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática** – 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores:** Disponível em: < [http://lms.ead1.com.br/upload/biblioteca/curso\\_4392/fron00lbi6.pdf](http://lms.ead1.com.br/upload/biblioteca/curso_4392/fron00lbi6.pdf)> Acesso em 25 jan. 2015.

LÜCK, Heloísa. PARENTE, Marta Maria de A. **Gestão Escolar e Formação de Gestores:** Mapeamento de Estruturas de Gestão Colegiada em Escolas dos Sistemas Estaduais de Ensino. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em\\_aberto\\_72](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72)> Acesso em 22 jan. 2015.

MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Estadual João de Barro. Ipê Florido/MG, 2012

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2015.

NAVARRO, Ignez pinto (ET AL.). **Avaliação: o processo e o produto** – 2010. Disponível em: <http://moodle3.Mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12 jan. 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10 jan. 2015.

OLIVEIRA, J. F. **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DPA Editores, 2004.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. Gestão Democrática da Escola: Bases epistemológicas, políticas e Pedagógicas. In: **Anais da 29ª Reunião Anual da Anped**. Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso em 24 jan. 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo (El. AL.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição – 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12 jan. 2015

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/08/2014.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamentos: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo, Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: instrumentos da organização do trabalho**. Cadernos ANPAE n. 4, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio\\_2007/176.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio_2007/176.pdf)> Acesso em 25 jan. 2015.

## **8. ANEXOS**



**ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUINDO SONHOS**

**FLÁVIA LUIZA PEREIRA MOURA**

**JÚLIO CESAR DE SOUZA**

**LILIANE DE SOUZA E SILVA**

**MARIA APARECIDA BOAVENTURA DE DEUS**

**WALISSON BRÁULIO DE SOUZA**

**IPÊ FLORIDO, 2014**

# **ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUINDO SONHOS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**IPÊ FLORIDO, 2014**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>04</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>07</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	13
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica .....	15
<b>3. CURRÍCULO .....</b>	<b>17</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....</b>	<b>19</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual João de Barro, está localizada na Praça do Rosário, número 140, no Centro do município de Ipê Florido no estado de Minas Gerais. A escola foi fundada em maio de 1982 para atender os alunos concluintes do Ensino Fundamental que até então não tinham oportunidades de continuarem seus estudos dentro da cidade, devendo emigrar para outras localidades afim de cursar o antigo colegial. A escola nasceu da luta incessante de professores do município, preocupados com a falta de oportunidades para os jovens da pequena cidade, obrigados a sair muito cedo da casa de seus pais para complementar sua formação, ou a interromper o sonho de se formar no segundo grau. Em 1982 as primeiras turmas iniciaram o curso de magistério.

O magistério funcionou na escola até o ano de 1998, quando formou-se a última turma, desde então o ensino médio regular, chamado na época como científico, passou a funcionar na escola. Até o ano de 2004 a escola funcionou apenas com turmas do Ensino Médio, mas neste ano a prefeitura entregou para a rede estadual o Ensino Fundamental, desta forma a Escola Estadual João de Barro passou a atender alunos de todos os anos da escolaridade básica.

Atualmente a escola atende alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade regular e na Educação de Jovens e Adultos e pertence à rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais. Sua clientela é formada principalmente por alunos vindos de famílias pobres, que trabalham na colheita do café, alho e cebola. Devido ao fato dos pais trabalharem na zona rural, geralmente muito longe de suas casas, as crianças e os adolescentes têm a oportunidade de estudar em período integral através do Projeto Educação em Tempo Integral que funciona na escola desde 2008.

O município de Ipê Florido possui aproximadamente 3.500 pessoas nas épocas do ano em que não há produção do café. Durante os meses de colheita a cidade aumenta significativamente sua população devido à imigração de famílias oriundas do norte do estado e do nordeste do país que buscam na região melhores condições de

vida para suas famílias. Neste período as matrículas na escola crescem vertiginosamente.

A escola está localizada em uma região privilegiada da cidade. A comunidade do entorno é formada por antigos moradores e pela Igreja Católica do município. Possui uma enorme área com aproximadamente 11.000 m<sup>2</sup>. A estrutura física está dividida em três blocos retangulares, paralelos um ao outro e um quarto bloco, recentemente construído localizado na diagonal dos outros três. Não possui quadra de esportes, nem área de lazer. O pátio frontal é amplo, mas não adaptado para realização de atividades de recreação, pois há várias pilastras que oferecem riscos aos alunos. O refeitório é pequeno e somente a metade é coberto. Há 7 salas de aula, 1 sala de vídeo, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 sala para especialistas, 1 almoxarifado e 1 laboratório de informática que não está funcionando porque as máquinas antigas foram alienadas e até o momento não foram repostas. A biblioteca escolar recebe o nome de Monteiro Lobato. É bem espaçosa, aconchegante, iluminada e possui aproximadamente 6000 obras para consulta e leitura. Embora seja um ótimo espaço para leitura, a biblioteca está localizada no último bloco e não é acessível aos alunos com deficiência física, pois não há rampas de acesso.

A equipe pedagógica da escola é formada por 28 professores, sendo 25 destes profissionais habilitadas em suas respectivas áreas de atuação. Os outros 3 profissionais estão cursando faculdade nas suas respectivas disciplinas. Há duas especialistas em educação e duas professoras para o ensino do uso da biblioteca escolar. Não há professor eventual para substituição de doentes em caso de falta, devendo essa atividade ser assumida pelos especialistas, quando necessário.

A equipe administrativa da escola é composta pelo diretor e sua vice-diretora, uma secretária e duas auxiliares de serviços administrativos. Há sete servidores para a realização de atividades de limpeza e preparo da merenda escolar para os alunos.

A Escola Estadual João de Barro funciona em três turnos e possui um clima muito harmonioso. O fato de estar localizada em uma cidade pequena, onde as

pessoas se conhecem e se respeitam facilita muito para o estabelecimento de um clima amistoso, agradável e que favoreça o aprendizado.

Neste sentido, a escola constrói juntamente com sua comunidade um Projeto Político Pedagógico (PPP) que busca dinamizar suas ações para ofertar um ensino público de qualidade, que possibilite os jovens do município a oportunidade de serem bem sucedidos na continuação dos seus estudos nos grandes centros urbanos, e àqueles que permanecerem na cidade sem dar prosseguimento aos seus estudos, possam ser cidadãos conscientes, críticos e capazes de agir no meio onde vivem para melhorar suas condições de vida.

Para Oliveira (2014) o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Em consonância a isso a escola não só convida toda comunidade para participar da elaboração do PPP, mas também promove mecanismos de debate oferecendo oportunidades de expressão das mais diversas opiniões, para que ao final do ciclo de conversas, em seminário aberto possam ser apresentadas todas as argumentações surgidas para que, no consenso do grupo, as decisões possam ser tomadas e as ações planejadas. Desta forma, o grupo em consenso nas suas decisões, incorpora as atividades propostas e assume o compromisso de todos se responsabilizarem pelo cumprimento irrestrito do projeto, pondo em prática a vivência da gestão democrática na escola pública.

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005. p. 1)

Ciente da importância da participação coletiva para a construção de uma escola pública de qualidade para todos, a Escola Estadual João de Barro alicerça suas práticas no seu PPP. Para Azevedo (2014) é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-

pedagógico o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Educação da Escola Estadual João de Barro tem por propósito primordial assegurar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento integral de suas potencialidades, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania, bem fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96 – que descreve em seu artigo 22 que a educação tem por finalidade: “Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A instituição busca favorecer participação responsável nas decisões de que envolvem a melhoria da qualidade de vida no meio natural, social e cultural.

O ensino da Escola Estadual João de Barro se fundamenta legalmente na LDB 9394/96, que em seu art. 3º acentua que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII - valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
  - IX - garantia de padrão de qualidade;
  - X - valorização da experiência extraescolar;
  - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL, 1996, p. 1)

Diante disso, a instituição busca criar estratégias para favorecer a construção de uma sociedade mais justa, integrando educação e cultura, escola e comunidade, ressaltando a democratização das relações de gestão na escola, reconsiderando

questões agravantes como evasão, indisciplina, entre outras em busca de uma educação de qualidade.

O artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases traz na sua redação os objetivos para a formação, compreendendo os anos iniciais e finais do ensino Fundamental, mediante:

**Art. 32.** O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 14)

E ainda na lei de Diretrizes e Bases em seu artigo 35 cita os princípios e finalidades do Ensino Médio, sendo:

**Art. 35.** O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 15)

Para as turmas da Educação de Jovens e Adultos a escola busca novamente orientação na LDB 9394/96 para atribuir as seguintes finalidades:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus

interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.(BRASIL, 1996, p. 17)

## **Dimensão Sócio – Antropológica**

Para Dourado:

[...] o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sócio-cultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a auto-estima dos alunos etc. (DOURADO, 2013, p. 13)

A Escola Estadual João de Barro assume seu caráter de proporcionar um ambiente educativo que viabilize ao educando o desenvolvimento do senso crítico, sendo capaz de exercitar sua cidadania, agindo como ser construtivo do processo social. Para isso, é necessário que a construção do conhecimento principie da vivência dos alunos, valorizando a cultura local, pois traz consigo a transmissão de ideias e valores. Cada ser humano vive uma cultura herdada, sendo a escola responsável em respeitar e trabalhar a diferenciação cultural dos seus envolvidos, e conseqüentemente o processo de aprendizagem deve englobar essa identidade cultural.

## **Dimensão Pedagógica**

Segundo Dourado:

[...] o processo de garantia de autonomia pedagógica tem possibilitado a algumas escolas vivenciarem uma maior liberdade na elaboração e execução do seu projeto pedagógico, embora nem sempre possam contar com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, situação motivada por dificuldades de mobilização, inexperiência, centralismo ou burocratização do sistema educacional ou mesmo por uma concepção mais tecnicista ou autoritária dos gestores. (DOURADO, 2010, p. 23)

A partir da análise das legislações que fundamentam a educação, esta Instituição apresenta um trabalho pedagógico direcionando ao interesse e necessidade dos envolvidos no processo de construção do conhecimento, tornando-o significativo e prazeroso na medida em que se envolve com o objeto de construção em seu meio social, indicando que o professor é o mediador entre o aluno e o objeto de conhecimento.

Ainda de acordo com Dourado:

A escola de boa qualidade é valorada, muitas vezes, pelo fato dos alunos gostarem da escola, dos colegas e dos professores e de se empenharem no processo de aprendizagem. Nessas escolas, parece interferir na escolha dos alunos o modo como aprendem, o que significa que as aulas e as atividades educativas dentro e fora da escola são atraentes e envolventes, muitas vezes porque os professores utilizam-se de estratégias e recursos pedagógicos adequados aos conteúdos e às características dos alunos. São escolas onde os alunos reconhecem e valorizam o trabalho dos professores e dos demais trabalhadores da educação e, também, por essa razão, se envolvem mais no processo de aprendizagem. (DOURADO, 2010, p. 27)

A Escola Estadual João de Barro assume uma prática pedagógica voltada à realidade de seus alunos, buscando caminhar juntas escola e comunidade, no desejo de um bom relacionamento humano, de modo que torne o ambiente escolar mais atrativo, propiciando uma educação de qualidade, objetivando o sucesso de seus alunos na vida e na escola, formando cidadãos críticos e conscientes de sua missão.

## **Dimensão Filosófica**

Para Ahlert:

Hoje, o grande desafio da educação, mais do que em qualquer outra época, é o diálogo e o desenvolvimento da capacidade argumentativa. A escola tem como maior desafio o ensinar a pensar, porque o mundo somente vai mudar se os nossos pensamentos mudarem. E para isso, precisamos, mais e mais, da dialética e da sinergia. A dialética é o modo de pensarmos a realidade, o modo de compreendermos a realidade como socialmente contraditória e em permanente transformação. A dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento, nas suas relações recíprocas, no seu aparecimento, desenvolvimento e decadência. A sinergia é o ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função. É a associação simultânea de

vários fatores que contribuem para uma ação coordenada. (AHLERT, 2003, p. 2)

A educação da Escola Estadual João de Barro executa ações que mobilizam a construção do conhecimento através do diálogo professor/aluno, realidade/aprendizagem, possibilitando maior compreensão e análise dos conceitos a serem adquiridos.

Ainda Ahlert ressalta que :

[...] o processo de ensino e aprendizagem sobre a filosofia dialética e a sinergia, que permitem olhar para a realidade, para a vida real – para os fenômenos – e fazer uma análise que ultrapasse a mera constatação e possibilita pensar nas mudanças e transformações dessa realidade, olhando os fenômenos de todos os lados possíveis em cada momento. (AHLERT, 2003,3)

Essa instituição volta-se para a reflexão sobre a ação transformadora de cada indivíduo de modo a mobilizar essas transformações para o bem comum.

## **Dimensão Política**

Kerbej nos escreve que:

Pensar a educação como ato de conhecimento e não vê-la como um ato político é não compreender os interesses que movem a sociedade e o seu potencial transformador da sociedade. A dimensão política pode ser constatada na simples escolha dos procedimentos didáticos e da maneira como são trabalhados os conteúdos em sala de aula. (KERBEJ, 2012, p. 28)

A Escola Estadual João de Barro aposta no conceito Professor Transformador, onde trabalha no sentido de conscientizar-se que, aluno e professor são agentes ativos do conhecimento, pois são eles que o produzem, integrando e participando verdadeiramente da sociedade de forma eficaz.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O presente texto visa analisar a estrutura organizacional da E. E. João de Barro, situada no município de Ipê Florido no Estado de Minas Gerais. A Escola oferece Ensino Fundamental (séries iniciais e finais), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Projeto Estratégico Escola em Tempo Integral (PROETI). E para identificar as estruturas organizacionais administrativas e pedagógicas que permeiam a administração da Escola, faz-se necessário evidenciar o caráter democrático e participativo que a equipe gestora articula em seu contexto escolar. Conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases 93/94 em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,1996)

Partindo deste princípio as interações administrativas e pedagógicas são coletivamente ponderadas e decididas. Desta forma, a gestão da Escola articula toda a parte estrutural administrativa e a organização pedagógica, considerando as peculiaridades e necessidades da Escola em sentido amplo, desde os de recursos humanos, físicos, financeiros, a estrutura física do prédio, equipamentos e mobiliários até a organização e planejamento didático- pedagógico. “A organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados” LIBÂNEO et. al. (2003, p. 293). Assim, a E. E. João de Barro admite ser imprescindível o reconhecimento quanto à relevância das Estruturas Organizacionais Administrativas e Pedagógicas.

Originária da área da administração de empresas, a mencionada cultura organizacional vem ganhando espaço entre os teóricos que priorizam um modelo de gestão mais participativo, personalizado, integrado e humanizado e que leva em conta os valores, as necessidades, as especificidades e o

cotidiano de uma instituição de ensino. Além disso, a abordagem cultural se adapta, perfeitamente à escola pela natureza sociocultural que a caracteriza e a distingue. (CRUZ, 2005, p. 67).

Desta forma, ao fazer uma análise em âmbito da estrutura organizacional administrativa da E. E. João de Barro nota-se algumas atribuições dos setores e recursos que a compõem. O Colegiado Escolar, órgão consultivo, deliberativo e fiscal, envolve-se em questões pedagógicas, administrativas e financeiras. É composto por segmentos de: professores, especialistas em educação, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, alunos maiores de quatorze anos e pais de alunos menores de quatorze anos.

## **2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A equipe gestora é composta por um diretor e duas vices diretoras. O diretor juntamente com sua equipe coordenadora, organiza e gerencia todas as atividades da Escola. A equipe da secretaria da Escola é formada por: uma secretária, um ATB financeiro e duas auxiliares de secretaria que prestam atendimento ao público, expedem, arquivam e controlam documentos inerentes aos alunos, à prestação de contas e à vida funcional de todos os servidores. Para limpeza do prédio e confecção de merenda a Escola possui sete auxiliares de serviços gerais.

Estes quantitativos de recursos humanos nas áreas citadas foram estipulados pela Secretaria de Educação, no entanto, diante da dimensão das atribuições e responsabilidades que devem ser assumidas pela instituição, tal quantitativo faz-se insuficiente para atender a contento as necessidades da Escola. Com relação a parte física e a arquitetura do prédio escolar percebe-se a necessidade de adaptações para atender alunos com necessidades especiais, reforma geral e pintura de todo o prédio, construção de quadra esportiva, pois, por não possuir quadra de esporte coberta a Escola não consegue oferecer aos alunos uma prática esportiva que atenda de forma efetiva a formação de seus educandos.

Entender o espaço físico como representação social, ou seja, como construção social produzida pelos diversos atores sociais torna-se fundamental para se compreender o papel da escola como estrutura que “organiza, separa e hierarquiza o espaço, a fim de diferenciar trabalhos, definindo idealmente, assim, as relações sociais” (DAYRELL, 1996, p. 137).

Conforme salienta DAYRELL(1996), há uma estreita ligação entre espaço físico, arquitetura e os indivíduos que os utilizam. Neste sentido as salas de aula, refeitório, pátio, quadra, enfim todos os ambientes deste contexto escolar agregam valores e funções específicas ao processo educacional. Os mobiliários e equipamentos também fazem parte da estrutura organizacional administrativa, e estes devem atender a demanda da escola. Porém, na E. E. João de Barro há um quantitativo de carteiras em estado precário e estão sendo usadas pelos alunos. Pois, apesar do diretor ter solicitado recursos para aquisição de novas carteiras, ainda não foi atendido. Os recursos financeiros recebidos pela escola é outro aspecto relevante a ser considerado. A Constituição Federal prevê que:

**Art. 211.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

**§ 1º** A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1988, p. 122)

Neste aspecto, a descentralização de recursos para a E. E. João de Barro é procedente do Governo Federal e da Secretaria Estadual de Educação. As decisões inerentes às aquisições são tomadas coletivamente, bem como, a clareza na apresentação das prestações de contas, respeitando assim, o conceito democrático que faz parte das concepções e do cotidiano da Escola. Além dos princípios democráticos que norteiam ações e decisões na organização administrativa, há de se mencionar a relevância que se deve conferir também à organização pedagógica. Pois, esta escola entende que a educação age de forma mediadora entre o conhecimento de vivência humana e o conhecimento científico. E ambos possibilitam a formação do aluno seu sentido mais amplo de atuação, tornando-os seres pensantes, críticos e participativos na sociedade em que convivem, assim, para que estes exerçam de modo consciente a cidadania. Conforme afirma CURY (2010): “A Escola lida com um

horizonte que é a prioridade do aprendizado do aluno estabelecida como direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo. O aluno, sujeito de um aprendizado é o pólo e a finalidade da escola” (2010, p. 17).

## **2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

A estrutura organizacional pedagógica da E. E. João de Barro é composta por: equipe de especialista da educação com duas servidoras, que atendem cinco turmas do ensino fundamental dos anos iniciais, três turmas do PROETI, seis turmas do ensino fundamental dos anos finais e duas turmas de EJA totalizando trezentos e cinqüenta e cinco alunos. No ensino médio as especialistas atendem quatro turmas do ensino regular, com total de cento e vinte e um alunos. Ainda no ensino médio, na modalidade EJA atendem duas turmas totalizando trinta e sete alunos. Neste contexto, a Escola é composta pelo total de vinte e duas turmas e tem seu funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno.

\* Ver Anexo I – Quadro de turmas e alunos por turno

O corpo docente da instituição é constituído de: onze professores que atuam no ensino fundamental dos anos iniciais e no PROETI, duas professoras para uso da biblioteca, duas professoras em ajustamento funcional, treze professores atuam no ensino fundamental dos anos finais e quinze professores compõem o quadro do ensino médio e da EJA. Portanto a equipe de docentes é composta de quarenta e três professores que colaboram e participam da concretização da missão educativa da Escola: promover a formação de indivíduos conscientes, participativos socialmente, críticos, transformadores de novas realidades, equilibrados, comprometidos com a justiça a fim de se construir um mundo mais justo e igualitário. Os princípios que servem de modelo para o trabalho desenvolvido na Escola estão de acordo com os princípios democráticos, conforme consta na Constituição Federal Artigo 206, bem como, os princípios da educação previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

(LDB) dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), assim a Escola institui seus princípios:

- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
  - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
  - VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, p. 121)

Para tanto, a E. E. João de Barro incorpora às questões do ensino-aprendizagem aos preceitos Legais, por meio de ações pautadas na prática democrática, no estudo e análise de sua realidade para a elaboração de suas propostas didático-pedagógicas, seus projetos, o cumprimento das metas pactuadas e a elaboração dos Documentos que são importantes para a Escola na orientação, articulação e monitoramento de suas estratégias e ações que vinculam o contexto Escolar. Tais documentos foram elaborados a partir da análise e da colaboração dos diversos segmentos da escola.

Além destes segmentos, a equipe gestora conta com a colaboração do Colegiado Escolar, da Comissão de Licitação, bem como do Conselho Fiscal que atuam como órgãos consultivos e deliberativos dentro da Escola. Torna-se importante ressaltar o caráter democrático na composição de tais órgãos, uma vez que os segmentos escolares escolheram através do voto seus representantes, para que estes pudessem representá-los democraticamente. Com foco neste aparato democrático e participativo a escola alcança bons resultados administrativos e pedagógicos tendo em vista as interações existentes entre a estrutura organizacional administrativa e pedagógica.

Conforme ressalta Libâneo (2003), à essas estruturas há de se ministrar considerável destaque. “O termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e de disposição de setores e funções que asseguram o funcionamento de um todo – no

caso, a escola” LIBÂNEO et. al. (2003, p. 339). Outro aspecto significativo vivenciado pela E. E. João de Barro foi a elaboração coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico (PPP), que propiciou momentos de estudos e análises a cerca das especificidades e necessidades da Escola, tal fato contribuiu para engajar a equipe gestora, dos profissionais da escola e de toda comunidade escolar em prol da oferta de um ensino de qualidade.

Portanto, deve-se considerar que esta escola valoriza e coloca em prática em seu contexto, as duas formas de estruturas organizacionais: administrativa e pedagógica. E ambas são direcionadas de maneira democrática, participativa e colaborativa. Assim, a equipe gestora sente-se maior segurança nas tomadas de decisões, além de preconizar e aprimorar a democracia e a união de esforços. Visando a melhoria do ensino aprendizagem, a excelência na prestação de serviços e o cumprimento de sua missão enquanto instituição formadora de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Além de oportunizar a formação integral por meio de uma educação de qualidade conforme prevê a lei, como direito de todos e dever do Estado.

### **3. CURRÍCULO**

Nesta Instituição a concepção de currículo se dá a partir de uma visão crítica e analítica, pois, o mesmo tem um significado expressivo. Toda equipe empenha na melhor organização da questão curricular, uma vez que ele define o que ensinar, aliando-o também, ao contexto cultural que a escola está inserida. Mas o que seria o currículo? Veiga (2002) afirma que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem

uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Na prática, a instituição se defronta, mas ao mesmo tempo se adapta (observando as peculiaridades da clientela que atende), com a ideologia homogênea que o Estado apresenta a todas as escolas, uma vez que, no seu interior se convive com a heterogeneidade. Considera extremamente importante que a mesma tenha autonomia para construir seu currículo, tendo embasamento nas especificidades da comunidade. Alice Cassimiro Lopes afirma que “tal concepção se confronta com a ideia de política de currículo como um pacote ‘lançado de cima para baixo’ nas escolas, determinados pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote” (2006, p. 38). Sendo assim, o conceito de currículo vai além do que diz respeito a apenas uma relação de conteúdos, Hornburg e Silva (2007) apresentam que envolvem também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBURG e SILVA, 2007, p.1).

A referida Escola inclui no seu Projeto Político Pedagógico, através dos representantes dos seguimentos escolares a reflexão sobre o conteúdo curricular, principalmente, no que diz respeito aos fatores externos que influenciam a seleção e organização dos conteúdos curriculares. Pois, a mesma tem a convicção que o currículo tem que ter uma identidade própria, respeitando a cultura em que está inserida, amenizando com este procedimento o fracasso escolar, pois, partindo da realidade do aluno, integrando os conteúdos no contexto social é mais viável um real ensino-aprendizagem. Assim, exigindo análise constante dos grandes desafios na prática social e domínio da área específica. Veiga (2002) assim explicita o currículo:

O currículo é uma parte importante da organização escolar e faz parte do projeto-político-pedagógico de cada escola. Por isso ele deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação “que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente”. (VEIGA, 2002, p.7).

Certifica-se, portanto, que o currículo é todo conjunto de conteúdo de atividades escolares, organizados de forma a promover o desenvolvimento integral do aluno de modo que ele seja capaz de aplicar seus conhecimentos às situações da vida cotidiana, preparando-se para o trabalho futuro e o exercício da cidadania. Este refletirá a concepção de homem, de sociedade e de mundo que se quer formar, a postura dos educadores, a forma de organização do trabalho na escola, a organização dos conteúdos e a metodologia que norteará os caminhos e as abordagens da prática pedagógica no que diz respeito à lógica de estruturação e a abordagem dos conteúdos/conhecimentos. A instituição busca o caráter flexível da seleção e organização destes conteúdos, atendendo aos princípios pressupostos metodológicos apontando para um currículo que priorize um acervo de conhecimentos e instrumentos necessários também, para o prosseguimento dos estudos.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A Escola Estadual João de Barro atende alunos em todos os níveis da escolaridade básica. As turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental funcionam no turno vespertino entre as 12h30min e 16h45min com intervalo diário de 15 minutos para recreio. Os anos finais do Ensino Fundamental funcionam no turno matutino entre as 7h e 11h20min. São ministradas cinco aulas diárias de cinquenta minutos cada uma. No turno matutino funcionam ainda duas turmas de Ensino Médio. O segundo ano do ensino médio funciona no mesmo horário das turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, enquanto que a turma do primeiro ano funciona das 7h às 12h10min, pois possuem carga horária diferenciada com uma aula a mais por dia, totalizando cinco módulos/aula a mais por semana. No turno da noite funcionam duas turmas do Ensino Médio Regular e quatro turmas da Educação de Jovens e Adultos, sendo duas turmas de Ensino Fundamental e duas turmas de Ensino Médio.

A escola oferece o Projeto Educação em Tempo Integral promovido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que visa atender em período integral alunos do Ensino Fundamental com baixo desempenho na aprendizagem e que estão em situação de risco social. No entanto, a escola busca desenvolver atividades com estes alunos que visam propiciar além do crescimento cognitivo seu fortalecimento pessoal como cidadão crítico e consciente do meio em que vive.

Portanto, a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar. Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar. Um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças pequenas, é inerente à vida escolar. Na tradição brasileira, esse papel sempre foi coadjuvante à ação familiar. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022)

A escola adota o regime de ciclos para organização das turmas do Ensino Fundamental e o regime de seriação para as turmas do Ensino Médio. Em atendimento ao artigo 28 da Resolução 2197/2012 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais o Ensino Fundamental está assim organizado:

Art. 28 O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. (MINAS GERAIS, 2012)

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que simplesmente liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais. Eles são mais que uma modernização conservadora. (FREITAS, 2004, p. 11)

O Ensino Médio está estruturado no antigo modelo de seriação sendo dividido em três séries distintas (1º ano, 2º ano e 3º ano).

Os processos educativos praticados na escola priorizam a ampliação concreta dos espaços escolares para que os alunos possam experimentar diferentes lugares

onde o conhecimento se processa. As aulas de Educação Física são realizadas no Centro Poliesportivo Municipal, pois a escola não possui quadra de esportes. Os professores também usam as ruas e os espaços comunitários de atividades físicas para realizar atividades de caminhada, corrida e exercícios aeróbicos.

As turmas são estimuladas a participar de excursões por diferentes cidades para visualização in loco dos conteúdos trabalhados na sala de aula. Além disso, os professores usam os diferentes espaços da escola como pátio, horta, biblioteca e sala de vídeo para oferecer ao aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo das aprendizagens em diferentes espaços da escola com metodologias diversificadas e atrativas.

A organização do tempo para os estudantes atende aos preceitos legais e determinação da legislação nacional cumprindo a carga horária mínima para todas as turmas. Para o corpo docente a carga horária de trabalho semanal é definida pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que regulamenta e possibilita a ampliação da carga horária para os professores em casos específicos.

O planejamento das atividades pedagógicas é realizado em reuniões de módulo que acontecem toda semana com carga horária de duas horas. Nestes encontros os professores discutem sob a coordenação da administração pedagógica da escola, formada pelo diretor e pelas duas especialistas, os temas relevantes da escola e planejam atividades a serem desenvolvidas, principalmente àquelas de cunho interdisciplinar. Os encontros são ainda formativos, pois temas importantes da educação são estudados e debatidos à luz de textos científicos de autores especializados nos assuntos. Além das reuniões semanais cada professor ainda cumpre dentro da escola uma carga horária extra, que varia de acordo com o seu número de aulas, para planejamento específico das suas aulas e atualização de diários de classe.

A comunidade reúne-se ordinariamente uma vez por bimestre com a equipe pedagógica da escola, para discussão dos resultados da aprendizagem dos alunos. Pais e responsáveis pelos alunos são convidados à conhecer os projetos

desenvolvidos, as atividades realizados e a avaliação obtida durante o processo. Nestes encontros os professores promovem atendimento individual com os pais dos alunos registrando os avanços e/ou retrocessos obtidos por seus filhos durante o percurso escolar. É um importante momento para ouvir e discutir as sugestões e os anseios da comunidade em relação à escola. A escola ainda promove encontros esporádicos com pais de alunos das turmas que necessitam de uma maior atenção, quer seja pelo desempenho nas atividades escolares ou pela indisciplina em sala de aula.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

Esta escola possui característica administrativa frente às suas decisões que retratam ação coletiva, de espírito de equipe, apesar de ser um grande desafio, mas vai sendo superado. As diretrizes são definidas pelo conjunto. O gestor passa ser um membro ao lado dos outros elementos do grupo. Para Veiga, o Projeto Político Pedagógico deve caracterizar em:

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. (VEIGA, 2009, p. 3)

As situações emergidas no ambiente escolar que envolvem processo de decisão, buscam unidade e participação política nas decisões, integrando e articulando as sugestões advindas de todos os envolvidos no processo educacional.

De acordo com Shimizu (2006), o processo de decisão coletiva para definir quais ações são necessárias para manter ou corrigir uma situação identificada nessa instituição, baseiam-se nas etapas: percepção da necessidade de decisão; formulação das alternativas de ação; avaliação das alternativas; e escolha de uma ou mais

alternativas para fins de execução, sendo a decisão baseadas em contextos teóricos e científicos.

A Escola Estadual João de Barro adota a ordem do desenvolvimento do processo de decisão coletiva apontado por Bombe:

**1. Definição e diagnóstico do problema** - Nesta etapa faz-se o levantamento dos dados e fatos relativos ao problema (causas e possíveis implementações na organização).

**2. Definição de objetivos** - Onde se identificam os que se pretendem alcançar com a tomada de decisão.

**3. Levantamento das alternativas possíveis** - Depois de identificado o problema real, faz-se o levantamento das alternativas possíveis.

**4. Avaliação e comparação das alternativas** - Nesta etapa verificam-se as vantagens e desvantagens de cada alternativa ou curso de ação, compara-se e faz-se a avaliação custo/benefício para se verificar as possíveis consequências de cada alternativa.

**5. Seleção da melhor alternativa** - Nesta etapa, parte-se de princípio que a alternativa selecionada é satisfatória e não a ótima.

**6. Implementação e monitoria da alternativa selecionada** - A implementação de alternativa escolhida implica, em primeiro lugar, planejar a implementação, onde devesse haver a alocação correta dos recursos, estabelecimento do orçamento, cronograma para o cumprimento das ações e atribuição de responsabilidades. (BOMBE, 2013, p. 7)

É importante ressaltar a grande responsabilidade das pessoas envolvidas nos processos de decisão, pois são através delas que a instituição vai moldando seus objetivos, planos de ação em busca de um ensino de qualidade para seus alunos, tornando a aprendizagem significativa e de responsabilidade de todos.

Segundo LIBÂNEO,

[...] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 335).

Quanto ao perfil do diretor, verifica-se uma gestão fortalecida pela autonomia, onde a forma de provimento desse cargo é eletiva com a participação de professores, alunos, pais e funcionários. Ressalta-se a importância da participação da comunidade escolar, embora o nível de participação ainda não seja o desejado, por isso há o uso de estratégias que promovem a ideia de partilhar a gestão, como a instituição de conselhos escolares, espaços de organização dos estudantes até a promoção de

reuniões periódicas, auditórios, festas comemorativas, ações esportivas e eventos culturais.

Veiga (1998) relata que

[...] na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. (VEIGA, 1998, p.14).

A Escola Estadual João de Barro preza uma prática democrática onde os setores desempenham seu papel, tendo o gestor como líder que delega suas funções em busca do bem comum de forma estruturada. A Direção e Vice-direção se responsabilizam pelo bom funcionamento da escola, da questão administrativo, financeira e pedagógica. O Conselho Escolar apóia e sugere metas para nossa escola, sendo parceiros das ações e dificuldades. A direção, juntamente com os professores e equipe pedagógica são responsáveis pela tomada de decisão sobre os conteúdos, métodos de ensino, enfim, toda questão pedagógica, tendo como o alvo o aluno, pois ele é o ponto de partida para qualquer planejamento.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Considerando o contexto democrático que deve permear as ações dentro das escolas, faz-se necessário abordar o processo de democratização e organização da educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, as escolas devem assegurar uma gestão democrática como garantia legal.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,1996)

Assim, tendo como base esses princípios legais, a gestão da educação bem como das escolas públicas devem perceber este processo democrático como precursor de um novo tempo e espaço que concretiza um contexto histórico- cultural da sociedade. “[...] a administração escolar deve ser entendida como resultado de um longo processo de transformação histórica, que traz as marcas das condições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade [...]” (LOMBARDI, 2010, p. 22). A Escola instituída como espaço participativo e democrático tem o papel de estabelecer o processo de democratização como uma questão fundamental nas relações de trabalho dentro das instituições. No entanto, devem-se pontuar as distintas relações de trabalho coexistentes dentro do ambiente escolar e o que elas refletem neste contexto. Segundo Alaíde Pereira Japacanga (2014) “as relações de trabalho na escola pública se constituem em relações de poder” (JAPACANGA, 2014). Tendo em vista a forma em que o gestor organiza o trabalho dentro da instituição, a centralização do poder advindo do diretor e como são emanadas as tomadas de decisões.

A autoridade de que esse profissional está investido para comandar um grupo de subordinados, por exemplo, pode derivar de um poder exteriora ele, ou seja; do Estado, através da Secretaria da Educação ou de outros órgãos. Sua autoridade está sendo realizada para impor a vontade de outrem. (JAPACANGA, 2014)

Tal fato é perceptível e consumado na E. E. João de Barro, uma vez que, o Estado normatiza e determina ações e direcionamentos que por sua vez, influenciam e designam as relações de trabalho dentro das instituições que compõem o contexto estadual. Assim, torna-se insuficiente a autonomia concedida ao gestor da escola no que concerne à participação, democratização e inserção da comunidade escolar, bem como, dos servidores que compõem o quadro da escola. Isto faz com que as relações de trabalho no âmbito escolar sejam abaladas, gerando insatisfação, contestando os pressupostos e os embasamentos Legais que designam a gestão participativa e democrática.

Neste aspecto o diretor torna-se um mero receptor de informações que devem ser seguidas e cumpridas pela comunidade escolar. Desta forma, a visão democrática e participativa característica do diretor desta instituição, perde seu espaço em detrimento às determinações oriundas da Secretaria de Educação. No entanto, é fundamental destacar que uma relativa autonomia é concedida ao diretor, que por sua vez a emprega de maneira limitada, porém, democrática. Os Conselhos Escolares são reunidos frequentemente de forma deliberativa e consultiva, retratando assim, os princípios norteadores da gestão pública participativa como determina a lei. Assim, o diretor assume papel de articulador. Conforme, salienta Lucchesi, ele deve:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal... Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCCHESI, 1997, p. 2333-4)

O reconhecimento de que a democracia se dá por meio da efetiva participação das pessoas diretamente envolvidas no contexto educacional da escola é identificado e valorizado pela equipe gestora desta instituição. O espaço físico, apesar de não ser totalmente adequado às necessidades da comunidade, está sempre à disposição de professores, alunos e demais membros da comunidade para uso e disseminação de novas práticas que possam por ventura agregarem valores e perspectivas positivas de crescimento pessoal e intelectual aos alunos. As reuniões de pais são articuladas por meio de ações coletivas, as quais pais, alunos e professores manifestam opiniões e sugestões. O Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico foram elaborados de forma coletiva buscando embasamentos democráticos. Porém, há de pontuar que alguns problemas de cunho social devem ser considerados, uma vez que, pais com menor grau de estudos sentem-se menos a vontade em manifestarem suas sugestões, no entanto a equipe gestora busca minimizar tais situações incentivando e valorizando a participação destes membros.

Portanto, é fato que a democracia qualifica as faces das relações de trabalho existentes dentro das escolas públicas. Há uma considerável relação entre esses dois

termos. Para tal, torna-se importante viabilizar alguns elementos, conforme retrata a autora Alaíde Pereira Japecanga (2014):

- 1) a eliminação do autoritarismocentralizado;
- 2) a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade;
- 3) a eliminação do binômio dirigente/dirigido;
- 4) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizandoa todos de que são atores da história que se faz no dia a dia. (JAPECANGA, 2014)

É importante pontuar que o Estado está configurado como órgão autoritário, que delimita e faz cumprir determinações e orientações dentro das Escolas, admite uma participação controlada. Diante disso, é fundamental que haja mudanças nesta “autonomia” insuficiente, para que o autoritarismo seja extinto, as diferenças e distanciamentos em relação à comunidade sejam eliminados, o “poder” exercido pelo diretor efetive a participação e a colaboração dos envolvidos nas tomadas de decisões. Neste aspecto há de ponderar-se a necessidade de se pautar dentro das Escolas um convívio solidário e participativo em que haja respeito e reciprocidade nas relações de trabalho, fato que neste contexto abordado não acontece integralmente. Para que todos os segmentos tenham resguardados o direito de opinar e de inserção em seu contexto tanto de trabalho quanto de estudo.

É perceptível um embate de forças, e deste originam conflitos e rupturas nas relações de trabalho desta instituição, tendo o diretor o papel de receptor de normas e orientações que advêm da Secretaria de Educação e que dentro de seu contexto deve fazer cumpri-las. Assim, dificultando e até impossibilitando relações saudáveis e totalmente democráticas que permeiam os anseios dos segmentos escolares. Na íntegra, o que se espera de uma instituição de ensino que tem a função de preparar e inserir os cidadãos na sociedade é que a mesma compartilhe, dissemine e agregue em suas práticas a democracia e a participação coletiva.

## 7. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um tema sempre em pauta nas discussões com os envolvidos na escola e atualmente ainda mais relevante, pois, está sendo voltada primordialmente, para a preparação de exames, uma vez que, ultimamente, aliado às avaliações internas, ocorrem também, as avaliações externas. Avaliar em educação segundo Luckesi é: “julgar dados relevantes para tomar uma decisão”. (1998, p. 18). Mas, atualmente o que está acontecendo não é a aquisição de uma aprendizagem significativa, mas, a busca de resultados, uma vez que esta avaliação em larga escala, de forma padronizada envolve grande número de pessoas de diferentes realidades culturais, sociais e econômicas, dentre os quais estão: alunos, professores, direção, instituição e comunidade escolar. De acordo com Luckesi (1998): “a avaliação da aprendizagem está sendo praticada independente do processo ensino-aprendizagem, pois mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação vêm se tornando um instrumento de ameaça”. Hoffmann (1995) define qual seria a finalidade da avaliação:

A finalidade da avaliação, ao desencadear estudos, não é assim, a de simplesmente observar se os alunos apresentam ou não condições de “dar conta” das propostas delineadas, ou perceber, de início, os que apresentam mais ou menos dificuldades em determinada área. Mas a de conhecê-los cada vez melhor, tateando em busca de questões que verdadeiramente os provoquem a agir, à escuta de suas próprias questões, propondo em conjunto situações que lhes sejam verdadeiramente problemáticas a ponto de lhes despertar a atividade, a curiosidade [...] (HOFFMANN, 1995, p. 86).

Haydt (1988) considera que a avaliação da aprendizagem apresenta três funções básicas: diagnosticar (investigar), controlar (acompanhar) e classificar (valorar). Pautadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação que permeiam a escola. São elas: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los. (HAYDT, 1988, p. 16-17).

A avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. [...] É principalmente através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistemático. (HAYDT, 1988, p. 17-18).

A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro. (HAYDT, 1988, p.18).

A Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 assim refere-se sobre a avaliação da aprendizagem:

Art. 70 Na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

Grande importância se dá na análise dos resultados das avaliações internas e externas: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Prova Brasil, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE, os quais são analisados por toda comunidade escolar e logo após é elaborado e entra em execução o Plano de Intervenção Pedagógica – PIP.

Avaliar a aprendizagem sempre existiu no processo educacional. Nesta instituição este processo permeia a prática pedagógica. Sendo assim, vários instrumentos significativos são executados na mesma, para que a avaliação da aprendizagem possa ser mais precisa e valiosa. Seguindo as leis estabelecidas, como a exemplo, a Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que contém um

embasamento rico, que orienta e direciona as escolas estaduais de Minas Gerais em seus aspectos pedagógicos, administrativos e organizacionais. Ao longo do ano letivo é oferecido aos alunos oportunidades de recuperação da aprendizagem, após aplicação dos processos avaliativos. O Plano de Intervenção Pedagógica é sempre revisto oportunizando ao aluno atender às necessidades mínimas de aprendizagem assim como explicita o art. 78 da Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012:

Art. 78 A escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber: I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos, que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula; I - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período; II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentaram domínio das aprendizagens previstas para o período; III – estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno. (Resolução SEE nº 2.197, 2012).

Na instituição a avaliação do processo ensino-aprendizagem é realizada de forma transparente e atualizada, proporcionando tanto aos alunos quanto aos seus responsáveis a real situação que o educando se encontra. Assim sendo, todos são conscientizados e em tempo hábil buscam soluções para recuperar os déficits de aprendizagem apresentado. Embasados no art. 81 da Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, os resultados das avaliações tanto interna quanto externa são assim divulgados:

Art. 81 Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados em até 20 dias após o encerramento de cada 1 (um) dos 4 (quatro) bimestres, aos pais, conviventes ou não com os filhos, e aos alunos, por escrito, utilizando-se notas ou conceitos, devendo ser informadas, também, quais estratégias de atendimento pedagógico diferenciado foram e serão oferecidas pela escola. Parágrafo Único. No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola deve comunicar aos pais, conviventes ou não com os filhos, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

A escola realiza constantemente o levantamento das maiores dificuldades encontrada pelos alunos. Nos anos iniciais esse monitoramento é mais intenso e constante, pois, a mesma conta com professor eventual e professores de uso da biblioteca que auxiliam individualmente os alunos em fase final de alfabetização. Nos anos finais do ensino fundamental e médio esse acompanhamento acontece bimestralmente no conselho de classe, onde os professores procuram descobrir as principais causas do baixo rendimento escolar. A escola oferece aula de recuperação para os alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Através desse resultado, pais e alunos são chamados para uma conversa juntamente com os professores responsáveis por turma. Nas reuniões pedagógicas o corpo docente propõe estratégias de intervenção pedagógica para que sejam sanadas tais dificuldades encontradas pelos alunos. Com isto muitos alunos têm oportunidades de sanar as dificuldades e são acompanhados individualmente em consonância com as perspectivas do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), oportunizando uma aprendizagem comprometida e significativa.

Serão atribuídos o valor de 100 pontos no decorrer do ano letivo, sendo distribuídos em 4 bimestres da seguinte forma: 1º bimestre – 20 pontos; 2º bimestre – 20 pontos; 3º bimestre – 30 pontos; 4º bimestre – 30 pontos. E o aluno deverá conseguir 60 % para sua aprovação.

Percebe-se que na instituição a concretização da transmissão da educação formal, assim como nas demais instituições passa pelo critério da avaliação, a qual faz parte do processo ensino aprendizagem. A escola valoriza e executa as três funções básicas da avaliação que são a diagnóstica, formativa e somativa. Respeita o coletivo da escola, ou seja, os representantes dos vários segmentos estão sempre presentes nas discussões sobre o tema avaliação da aprendizagem. Observando a legalidade da execução deste tema, assim no que concerne a Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 explicitado abaixo:

Art. 69 A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da

proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve.

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo; II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica. III – utilizar vários instrumentos recursos e procedimentos; IV – fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; V – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo; VI – prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; VII – assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; VIII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

Um resultado escolar satisfatório depende do contexto que o envolve. A gestão escolar democrática é quesito sumariamente importante para a condução deste processo. Na instituição a equipe gestora proporciona espaço para questionamentos, sugestões e avaliações, de forma que o clima organizacional na escola é conduzido de forma tranqüila, contribuindo para que todos participem. Libâneo (2004) apresenta o perfil deste profissional:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. (LIBÂNEO 2004, p.217).

Prosseguindo nesta análise sobre avaliação faz-se necessário considerar a significativa importância da avaliação institucional, uma vez que ao avaliar o resultado da aprendizagem dos alunos, percebe-se claramente neste contexto como se dá o desenvolvimento da instituição. Podendo avaliar o trabalho dos professores, o resultado dos alunos, etc. assim como ressalta Souza (2010):

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2010, p.01).

Na escola todos são conscientes que um trabalho em equipe possibilita um melhor resultado no processo educativo. Assim sendo, exercê-lo se torna mais prazeroso e produtivo. Os professores participam ativamente da elaboração dos projetos executados. A equipe pedagógica preza por uma boa parceria com os docentes, proporcionando um enriquecimento nos trabalhos do dia-a-dia. Os professores, funcionários de outros setores, pais, representantes do Colegiado Escolar sabem da importância da contribuição de cada um, para que o resultado do trabalho seja satisfatório. Navarro (2010) explicita que:

... a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais. (NAVARRO, 2010, p.01).

... o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade. (NAVARRO, 2010, p.01).

Discorrendo sobre o tema avaliação, na instituição, também é preocupação constante avaliar o Projeto Político Pedagógico uma vez que ele é de suma importância, pois, norteia os caminhos a seguir, ou seja, quais objetivos almejados, para que realmente aconteça uma aprendizagem significativa. Sendo flexível permite que seja sempre revisto e atualizado. Uma gestão democrática facilita a participação de representantes da comunidade escolar, bem como do colegiado escolar para que dêem a sua contribuição na avaliação do mesmo. Navarro (2010) assim apresenta:

Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. NAVARRO, 2010, p.02).

Neste contexto, a partir do estudo relacionado ao tema avaliação, a Escola Estadual João de Barro prioriza como meta a aprendizagem dos alunos, bem como a formação de cidadãos atuantes na sociedade. A equipe gestora sabe que apenas através de uma gestão democrática poderá contribuir para a efetiva participação consciente dos seus profissionais, pais, comunidade, etc. A situação social de seus

alunos é sempre analisada, para que um acompanhamento real seja possível. Um constante diálogo proporciona o alcance dos objetivos propostos, uma vez que cada seguimento é ciente que o resultado é coletivo, assim como Navarro (2010) apresenta:

(...) a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, 2010, P.01).

A escola também considera que as duas dimensões das avaliações: interna e externa são extremamente importantes, mesmo que muitas vezes, tanto uma como a outra, seja motivo de controvérsia e questionamentos incômodo entre professores, equipe pedagógica, alunos e pais. A mesma reconhece a importância das avaliações educacionais e analisa criticamente seus resultados. Compara-os com as avaliações nacionais SAEB, Provinha Brasil, com avaliações estaduais PROEB, PROALFA e PAAE e neste panorama com o objetivo de desenvolver atitudes de superação dos resultados obtidos, logo após, efetua a organização e a implementação das atividades de intervenções pedagógicas, adequadas e consistentes, para melhorar a aprendizagem dos alunos, por meio do Plano de Intervenção Pedagógica, cumprindo desta forma sua missão de mediadora do conhecimento formador, crítico e igualitário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a elaboração deste documento, levamos em consideração alguns aspectos que oportunizam uma gestão democrática e que inserem a participação dos diversos agentes do processo educacional. Desse modo, defendemos que a escola faça a construção do seu Projeto Político Pedagógico junto à sua comunidade escolar. E que esse documento pautar a oferta de um ensino público com qualidade, forme cidadãos conscientes, críticos e capazes de melhorar a sua condição de vida e produzir melhorias para a sociedade. Afinal:

“O projeto político-pedagógico assim entendido é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver uma ação coletiva, porque não se constroem projetos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto edifica-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica (VEIGA, 2007, p. 4).”

O PPP é a expressão do rumo pedagógico que irá orientar o trabalho escolar. Ele deve ser produto de um trabalho colaborativo que envolve todos os setores da escola e da comunidade escolar. Ele deve estar em constante reflexão e análise prática para que seja constantemente retomado e aprimorado de acordo com as necessidades educacionais.

A Escola Estadual João de Barro defende a necessidade da construção de uma sociedade mais justa em que a Cultura e Educação estejam integradas, assim como a Escola e a Comunidade. Ao pensarmos o currículo da Escola Estadual João de Barro nos deparamos com a complexidade de uma ideologia homogênea imposta, porém com as adaptações necessárias de acordo com a sua realidade. Desse modo, as questões curriculares são debatidas com a equipe escolar e com a sua comunidade, juntamente à elaboração do PPP, que irá nortear as ações desenvolvidas na escola com a finalidade de promover o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido:

Uma proposta pedagógica expressa sempre os valores que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar criticamente esta realidade, enfrentando seus mais agudos problemas. Uma proposta pedagógica precisa ser construída com a participação efetiva de todos os sujeitos - crianças e adultos, alunos,

professores e profissionais não-docentes, famílias e população em geral -, levando em conta suas necessidades, especificidades, realidade. Isto aponta, ainda, para a impossibilidade de uma proposta única, posto que a realidade é múltipla, contraditória (KRAMER, 1997, p. 21).

Outro aspecto primordial para a escola é a Avaliação da Aprendizagem. Na Escola Estadual João de Barro desenvolvemos os 3 aspectos que consideramos essenciais: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Ao mesmo tempo, a escola utiliza-se das avaliações externas, como parâmetros para reavaliar as nossas práticas pedagógicas. Luckesi entende que a:

(...) avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (LUCKESI, 2002, p. 33).

Acreditamos que o PPP da Escola Estadual João de Barro é um documento que irá nortear a prática pedagógica escolar. Será um documento em permanente construção, ou seja, ele sempre estará sendo reescrito, de acordo com as reflexões e análise das práticas desenvolvidas no ambiente escolar. Desse modo, numa gestão democrática, temos a permanente reconstrução da proposta pedagógica, a fim de oferecermos uma educação de qualidade voltada para a cidadania e para a formação humana.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, São Paulo, 1998.

AHLERT, Alveri . A **eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/ universal. 2 ed. Ijuí, RS, 2003.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> . Acesso em 09 jul. 2014.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 02 ago 2014.

BOMBE, Dercio. Liderança e Processo de Tomada de Decisão. 2013. Disponível em: <http://dhhbombe.blogspot.com.br/2013/04/lideranca-e-processo-de-tomada-de.html>. Acesso em : 14 jul 2014

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 15 jul 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

CRUZ, Rosilene Miranda Barroso da et al. A cultura organizacional nas empresas e na escola. In. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um Campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 09 jul. 2014.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho**. Vol. 1 – São Paulo. Pioneira, 1992.

DAYRELL, J.. **A educação e cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, v. 2000, p. 136- escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos Olhares sobre* 161, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17 ago 2014.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 09 jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: [http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_luiz\\_carlos\\_freitas.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf) . Acesso em 10 jul. 2014.

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: [http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao\\_escolar\\_e\\_o\\_processo\\_de\\_tomada\\_de\\_decisao.pdf](http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf). Acesso em 29/06/2014.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática,

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**. Vol. 3n 10 jan. e jun./2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/520266/TEORIAS-SOBRE-CURRICULO>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 24/07/2014.

KERBEJ, Maria Helena. **Dimensão política da formação do professor** . 2012. Disponível em: <http://pedagogiadavirtualidade.wordpress.com/2012/11/23/dimensao-politica-da-formacao-do-professor/> Acesso em 17 ago 2014.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, Dez 1997, vol.18, n.60, p.15-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a1.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2014.

LIBÂNEO, João Carlos et. al. O sistema de organização e de Gestão da Escola: teoria e prática. In. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática** – 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. **A importância da abordagem histórica da gestão educacional**. In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L.W. (Orgs.). História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor. Campinas, SP: Alínea, 2010.

LOPES, Alice Cassimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem fronteiras. V. 6. N. 2, PP 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: [HTTP://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf](http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf). Acesso em 08 jul 2014.

LOPES, Noemia. **PPP na prática**. Em pauta: revista Gestão Escolar. Dezembro, n.11, 2010. Disponível em : <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml?page=0#>. Acesso em 03 jun 2014.

LUCCHESI, M. A S. **O diretor da escola pública, um articulador**. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez, 1998, 7ª edição.

MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012**. Disponível em [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf). Acesso em 10 jul. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 09 jul. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** – 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 08 jul 2014.

NAVARRO, Ignez pinto (ET AL.). **Avaliação: o processo e o produto** – 2010. Disponível em: <http://moodle3.Mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/07/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 29/07/2014.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 5.ed. São Paulo: em jogo na sociedade [...]” (LOMBARDI, 2010, p. 22).

SHIMIZU, T. **Decisão nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo (El. AL.). **Avaliação institucional**: A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 26 jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 02/08/2014.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: instrumentos da organização do trabalho. Cadernos ANPAE n. 4, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio\\_2007/176.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio_2007/176.pdf)> Acesso em 11 ago. 2014.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto Político Pedagógico**. 2009. Disponível em: <http://escoladossosnosclaudia.blogspot.com.br/2009/08/projeto-politico-pedagogico.html>. Acesso em : 14 jul 2014

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 14ª edição Papirus, 2002. Disponível em: <[http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo\\_7\\_bloco\\_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf](http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf)>. Acesso em 07 jul 2014.

## ANEXO I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS POR TURNO

2.1 - ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO E TURNO										
Nível de Ensino  Turno/ Aluno	2.1.1 - ENSINO FUNDAMENTAL									
	Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar		Proeti	Anos Finais			
	Ano de Escolaridade			Ano de Escolaridade			Ano de Escolaridade			
	1º	2º	3º	4º	5º	1º ao 5º	6º	7º	8º	9º
Nº de Turmas	01	01	01	01	02	02	01	02	02	01
<b>Manhã</b>	-	-	-	-	-	56	32	42	44	37
<b>Tarde</b>	16	10	17	32	39	-	-	-	-	-
Noite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	10	17	32	39	56	32	42	44	37

<b>ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO E TURNO</b>								
<b>Nível de Ensino  Turno Aluno</b>	<b>2.1.2 - ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>							
	<b>ENSINO MÉDIO REGULAR</b>			<b>EJA – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		<b>EJA – ENSINO MÉDIO</b>		<b>Aprofundamento de Estudos</b>
	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>*1º/2º</b>	<b>3º</b>	<b>1º</b>	<b>**2º/3º</b>	<b>Multisseriada</b>
<b>Nº de Turmas</b>	02	01	01	01	01	01	01	01
<b>Manhã</b>	20	-	-	-	-	-	-	-
<b>Tarde</b>	-	-	-	-	-	-	-	25
<b>Noite</b>	22	39	24	11	18	10	22	-
<b>Total</b>	42	39	24	11	18	10	22	25